

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	9
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	14
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	15
2.5 Medições não contábeis	16
2.6 Eventos subsequentes as DFs	17
2.7 Destinação de resultados	18
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	20
2.10 Planos de negócios	21
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	23
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	24
5.2 Descrição dos controles internos	29
5.3 Programa de integridade	31
5.4 Alterações significativas	34
5.5 Outras informações relevantes	36

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1 – Condições gerais

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os resultados robustos em todos os segmentos no 4T22 consolidam um ano de performance consistente da Companhia. Além do aumento substancial das receitas, obtivemos margens operacionais em patamares exuberantes, o que nos permitiu a manutenção do retorno sobre o capital investido em nível muito atrativo.

Os bons resultados apresentados neste trimestre são consequência da excelência na gestão dos Projetos e do comprometimento de toda a organização na busca por avanços em eficiência operacional e excelência comercial, que permitiram capturar as oportunidades apresentadas e aproveitar o excelente momento do agronegócio e a grande procura por nossos produtos e serviços em todas as regiões de atuação.

Importante ressaltar que o crescimento de 27,0% no EBITDA atingindo margem de 30,1%, e 1,6 p.p. maior em relação ao 4T21, representa o avanço no aumento do nível da atividade produtiva e expansão das margens nos segmentos de negócio, resultado da eficiente gestão operacional em conjunto com a equilibrada administração de preços junto aos clientes.

A Companhia segue fazendo movimentos estratégicos para avançar ainda mais no mercado, a exemplo da estruturação de um Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), que nasceu com o BTG Asset e agora foi ampliado com a entrada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do qual, serão disponibilizados até R\$ 300 milhões em linhas de financiamento de 10 anos aos clientes Kepler Weber de todos os segmentos.

Tal movimento complementa as ações de avanço no acesso ao mercado da organização, como por exemplo a abertura de novos Centros de Distribuição, ampliação da presença em plataformas de *marketplace* do agronegócio e aumento e qualificação da força de vendas. Este conjunto de ações busca capturar novos negócios face a safra recorde que se aproxima, devendo ultrapassar a marca de 190 milhões de toneladas de grãos somente na primeira safra, número que supera a capacidade instalada de 186 milhões de toneladas de armazenagem no país.

Avançamos em mais um trimestre com o ROIC exuberante, evolução de 24,4 pp em relação ao LTM 4T21, atingindo 103,8% mostrando também consistência neste indicador.

Ao longo de 2022 continuamos reforçando os fatores chaves do nosso modelo de negócio como: liderança da marca, posicionamento *premium*, proximidade com os clientes, foco na eficiência e produtividade operacional, gestão das margens, diversificação de produtos, segmentos e soluções, que nos permitirão continuar a manter e aumentar nosso diferencial competitivo, capturando negócios com rentabilidade em patamares saudáveis e que deixam a Companhia preparada para possíveis cenários de menor desempenho econômico.

Os bons resultados são provenientes de uma combinação de fatores: a carteira de pedidos que vem sendo renovada a cada trimestre; do êxito na gestão dos custos das matérias-primas em conjunto com a estabilização da cadeia de abastecimento; da rentabilidade do produtor em excelentes patamares devido aos preços internacionais das commodities e da taxa de câmbio favorável. O posicionamento Premium da Companhia e a cuidadosa gestão das margens, custos e despesas, com foco na eficiência e produtividade, fortalece nosso compromisso de crescimento sustentável e de proximidade com os clientes.

No que tange a posição patrimonial, a Companhia apresenta uma posição de caixa líquido (endividamento líquido negativo), o qual apresentou significativa evolução nos últimos anos:

ENDIVIDAMENTO (R\$ MIL)	DEZ/2022	DEZ/2021
FINEP	-	4.987
Cédula de Crédito de Exportação do Agronegócio	66.275	12.138
Cédula de Produtor Rural	12.473	-
Curto Prazo	78.748	17.125
FINEP	-	-
Cédula de Crédito de Exportação do Agronegócio	40.000	40.000
Cédula de Produtor Rural	48.043	-
Longo Prazo	88.043	40.000
Endividamento Total	166.791	57.125
Disponibilidades (Circulante e Não circulante)	337.877	131.818
Endividamento Líquido Negativo	(171.086)	(74.693)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Endividamento versus Patrimônio Líquido:

PRINCIPAIS INDICADORES (R\$ MIL)	DEZ/2022	DEZ/2021	Δ% 2022/2021
Endividamento Total	166.791	57.125	291,98%
Disponibilidades (Circulante e Não Circulante)	337.877	131.818	156,32%
Endividamento Líquido	-171.086	-74.693	129,05%
Patrimônio Líquido	597.270	461.630	29,38%
Índice de Endividamento (Dívida Líquida/PL)	-28,64%	-16,18%	77,03%
EBITDA	548.258	233.169	135,13%
Dívida Líquida/EBITDA	-0,31	-0,32	-2,59%

(b) Estrutura de capital

A conservação da maleabilidade financeira é um valioso componente do modelo de negócios da companhia, que atua em mercados que oferecem grandes oportunidades de crescimento. Entendemos que nossa atual estrutura de capital, apresenta níveis adequados de alavancagem. Segue abaixo tabela com a estrutura de capital:

ESTRUTURA DE CAPITAL (R\$ MIL)	DEZ/2022		DEZ/2021	
Capital de terceiros (Passivo circulante + não circulante)	676.508	53,11%	556.766	54,67%
Capital próprio	597.270	46,89%	461.630	45,33%
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	1.273.778	100,00%	1.018.396	100,00%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Acreditamos que, mantidas as condições econômicas e o cenário de retomada do mercado, a Companhia possui liquidez e capacidade de geração de caixa operacional para fazer frente aos compromissos financeiros assumidos de investimentos, despesas, obrigações e outros valores a serem pagos nos próximos exercícios.

Caso haja necessidade, a Companhia acredita ter capacidade de contratação de empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, sem afetar significativamente sua estrutura de capital e o nível de endividamento. Dada sua geração de caixa, a Companhia apresenta plenas condições para honrar os seus compromissos financeiros de curto e longo prazos.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de recursos da Companhia deriva da própria operação, cujas condições negociadas junto a seus clientes estão atreladas as etapas de fabricação e posterior entrega do produto. Os adiantamentos de clientes gerados nesta operação acaba sendo a principal fonte de recursos da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O caixa gerado pelas atividades operacionais da companhia, adicionado aos empréstimos e financiamentos não circulantes, proporciona liquidez e recursos de capital suficientes para satisfazer os compromissos financeiros e arcar com as despesas operacionais e de investimentos.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia e sua controlada demonstram a seguir a movimentação patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

			CONSOLIDADO					
			DEZ/2022			DEZ/2021		
	VENCI- MENTO	ENCARGOS	CIRCU- LANTE	NÃO CIRCU- LANTE	TOTAL	CIRCU- LANTE	NÃO CIRCU- LANTE	TOTAL
Em moeda nacional								
FINEP	Out/2022	4,00%	-	-	-	4.978	-	4.978
NCE	Jun/2023 a Mar/2027	CDI + 0,83% a 2,55% a.a.	66.275	40.000	106.275	12.147	40.000	52.147
Em moeda estrangeira								
CPR	Dez/2027	USD + 6,92% a.a.	12.230	48.043	60.273	-	-	-
(+/-) Swap - CPR	Dez/2027	CDI + 2,48% a.a.	243	-	243	-	-	-
Total			78.748	88.043	166.791	17.125	40.000	57.125

(*) Valores em milhares de Reais

A controladora consta como avalista para os recursos captados pela controlada Kepler Weber Industrial S.A. no valor de R\$ 160.000 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 50.000 em 31 de dezembro de 2021).

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

		CONSOLIDADO
ANO DE VENCIMENTO		DEZ/2022
2024		22.011
2025		22.011
2026		22.011
2027		22.010
		88.043

(*) Valores em milhares de Reais

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 8.

A Companhia e sua controlada demonstram a seguir a movimentação patrimonial dos fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

CONTROLADORA					
ITENS	SALDO EM DEZ/2020	ALTERAÇÕES CAIXA		ALTERAÇÕES NÃO CAIXA	SALDO EM DEZ/2021
		MÚTUA INTERGRUPO	(PAGOS) DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	AQUISIÇÃO DE DIREITO DE USO	
Mútuo Intergrupo	-	14.446	(14.446)	-	-
Arrendamentos financeiros	101	-	(187)	253	167
	101	14.446	(14.633)	253	167

(*) Valores em milhares de Reais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

CONTROLADORA						
ITENS	MÚTUA INTERGRUPO	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	AÇÕES EM TESOURARIA	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS	RECEBIMENTO DE DIVIDENDOS	TOTAL
Saldo em Dez/2021	-	167	(12.417)	17.208	-	4.958
Alterações caixa	70.000	(124)	(9.954)	(178.551)	108.097	(10.532)
Recompra de ações	-	-	(9.954)	-	-	(9.954)
JSCP e dividendos pagos	-	-	-	(178.551)	108.097	(70.454)
Mútuo intergrupo	70.000	-	-	-	-	70.000
(Pagos) atividades de financiamento	-	(124)	-	-	-	(124)
Branco						
Alterações não caixa	707	-	14.565	235.232	-	250.504
Cancelamento de ações	-	-	14.047	-	-	14.047
Alienação/Transferência de ações	-	-	518	-	-	518
Distribuição JSCP e dividendos	-	-	-	235.232	-	235.232
Juros s/ empréstimos, financiamentos e mútuo	707	-	-	-	-	707
Saldo em Dez/2022	70.707	43	(7.806)	73.889	108.097	244.930

(*) Valores em milhares de Reais

CONSOLIDADO							
ALTERAÇÕES CAIXA							
ITENS	SALDO EM DEZ/2020	RECEBIDO DE ATIVIDADE FINANCIAMENTO	(PAGOS) DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	PAGAMENTO DE JUROS	PROVISÃO DE JUROS	AQUISIÇÃO DE DIREITO DE USO	SALDO EM DEZ/2021
Financiamentos e empréstimos	10.971	50.000	(5.974)	(327)	2.455	-	57.125
Passivo de arrendamento	6.225	-	(3.934)	-	-	1.950	4.241
	17.196	50.000	(9.808)	(327)	2.455	1.950	61.366

(*) Valores em milhares de Reais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

CONSOLIDADO					
ITENS	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	ARRENDAMENTOS FINANCEIROS	AÇÕES EM TESOURARIA	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS	TOTAL
Saldo em Dez/2021	57.125	4.241	(12.417)	17.208	66.157
Alterações caixa	92.882	(4.637)	(9.954)	(178.551)	(100.260)
Recompra de ações	-	-	(9.954)	-	(9.954)
JSCP e dividendos pagos	-	-	-	(178.551)	(178.551)
Empréstimos tomados	160.000	-	-	-	160.000
(Pagos) atividades de financiamento	(54.978)	(4.637)	-	-	(59.615)
Pagamento de juros	(12.140)	-	-	-	(12.140)
Branco					
Alterações não caixa	16.784	4.465	14.565	235.232	271.046
Cancelamento de ações	-	-	14.047	-	14.047
Alienação/Transferência de ações	-	-	518	-	518
Distribuição JSCP e dividendos	-	-	-	235.232	235.232
Juros s/ empréstimos e financiamentos	16.784	-	-	-	16.784
Aquisição de direito de uso	-	4.465	-	-	4.465
Saldo em Dez/2022	166.791	4.069	(7.806)	73.889	236.943

(*) Valores em milhares de Reais

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo além das descritas nesse formulário para os últimos três exercícios sociais.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

A ordem de Liquidação do Passivo adotada pela Companhia segue as definições dos artigos 6º e 7º da Lei 10.214/01 e artigos 83, 193 e 194 da Lei 11.101/05.

Segue abaixo ordem de preferência de Liquidação:

- Obrigações sociais e trabalhistas;
- Impostos a recolher;
- Arrendamento mercantil;
- Debêntures (possuem garantia flutuante);
- Demais empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores;
- Outros Passivos;
- Dividendos e juros sobre capital próprio.

Entretanto conforme disposto no artigo 6º e 7º da lei 10.214/01 os bens e direitos oferecidos em garantia são impenhoráveis, não podendo ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (iv) **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Uma das condições da FINEP é que a Companhia assegure o pagamento de qualquer obrigação decorrente do contrato através da emissão de carta de fiança bancária no valor do saldo liberado, sendo que esta cláusula é indispensável para a liberação dos valores.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía limites de financiamentos contratados e não utilizados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

O Balanço Patrimonial, foi elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e conforme as práticas adotadas no Brasil (*BR GAAP*)

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

ATIVO CIRCULANTE:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Ativo circulante totalizava R\$912,7 milhões, com variação positiva de R\$290,4 milhões, o que representou um aumento de 46,7% sobre o total de R\$622,3 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Em comparação ao ativo total, o ativo circulante representou 71,7% em 31 de dezembro de 2022, quanto em 31 de dezembro 2021 representava 61,1%.

A seguir apresentamos as principais variações do Ativo Circulante:

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

A capacidade de geração de caixa (EBITDA) no acumulado do exercício 2022 foi de R\$548,3 milhões, e a variação no caixa referente às atividades operacionais foi de R\$73,9 milhões negativo, impactada principalmente pela sazonalidade na rubrica de adiantamento de cliente (R\$90,3 milhões).

A Companhia realizou pagamento de dividendos no montante de R\$75,6 milhões no 2T22, de R\$14,3 milhões no 3T22 e de R\$70,0 milhões no 4T22. Adicionalmente, a Companhia realizou pagamento de R\$18,7 milhões de juros sobre capital próprio no 3T22. Totalizando, o montante de R\$178,6 milhões de desembolso de caixa.

No período, os investimentos somaram R\$56,0 milhões, onde destacamos o montante de R\$38,6 milhões destinados à ampliação da capacidade de produção (R\$10,0 milhões destinados à nova linha de pintura à pó), R\$1,1 milhões de Novos Produtos, R\$8,6 milhões de Tecnologia da Informação e R\$7,7 milhões normas regulamentadoras e reformas.

Nas atividades de financiamento, a Companhia obteve novas captações de recursos no 4T22, a primeira no montante de R\$60,3 milhões de Cédula de Produtor Rural e a segunda no montante de R\$ 54,1 milhões de Cédula de Crédito de Exportação do Agronegócio e adicionalmente uma quitação de R\$5,0 milhões de FINEP.

Contas a Receber de Clientes:

Em 31 de dezembro de 2022 o subgrupo contas a receber de clientes apresentou saldo de R\$189,3 milhões, um aumento de 70,2% ou R\$78,1 milhões, comparado aos R\$111,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2021.

O aumento no subgrupo de clientes está relacionado na migração de vendas financiadas para vendas com recursos próprios. Durante o ano de 2022 a companhia, por meio da política de concessão de crédito, realizou análises criteriosas dos clientes para fornecer créditos com recursos próprios.

Tributos a recuperar:

O saldo de tributos a recuperar de R\$54,0 milhões teve uma variação positiva de 18,2%, frete aos R\$45,7 milhões registrados em 2021. Variação positiva essa que se deve em função da migração do ativo não circulante para o ativo circulante, do saldo credor da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS que fora utilizado para a compensação de outros tributos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Ativo Não Circulante totalizava R\$361,1 milhões, com variação negativa de R\$35 milhões, o que representa uma redução de 8,8% sobre o total de R\$396,1 milhões em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em comparação ao ativo total, o ativo não circulante representou 28,3% em 31 de dezembro de 2022, quanto em 31 de dezembro 2021 representava 38,9%.

A seguir apresentamos as principais variações do Ativo Não Circulante:

Tributos a recuperar:

Em 31 de dezembro de 2022 o subgrupo de tributos a recuperar apresentou saldo de R\$30,7 milhões, apresentando uma variação negativa de 42,8% ou R\$23,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2021. Variação negativa essa que se deve em função da migração do ativo não circulante para o ativo circulante, do saldo credor da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS.

Tributos diferidos:

Em 31 de dezembro de 2022 o subgrupo de tributos diferidos apresentou saldo de R\$64,5 milhões, apresentando uma variação negativa de 31,7% ou R\$30 milhões em relação a 31 de dezembro de 2021. A redução dos tributos diferidos está associada a realização do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos de prejuízos de exercícios anteriores. A realização ocorreu em virtude do excelente resultado do ano corrente.

Imobilizado:

O imobilizado em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$224,8 milhões, o que representava um incremento de 12,9% em relação aos R\$199,2 milhões de 31 de dezembro de 2021. Esse incremento ocorreu em virtude dos investimentos em modernização e expansão de capacidade produtiva das plantas fabris de Campo Grande-MS e Panambi-RS.

PASSIVO CIRCULANTE E PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$574,3 milhões, um aumento de 16,4% em comparação aos R\$493,4 milhões, registrados em 31 de dezembro de 2021. O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$102,2 milhões, um aumento de 61,5% em comparação aos R\$63,3 milhões registradas em 31 de dezembro de 2021.

Abaixo seguem as variações mais relevantes do passivo:

Financiamento e Empréstimos:

Os financiamentos e empréstimos totalizavam R\$166,8 milhões, em 31 de dezembro de 2022 e R\$57,1 milhões para o mesmo período de 2021, um aumento de 192,1%, que teve como principais movimentações a amortização de dívidas no montante de R\$5,0 milhões na linha de FINEP durante o ano de 2022 e captações no 4T22, a primeira no montante de R\$60,3 milhões de Cédula de Produtor Rural e a segunda no montante de R\$ 54,1 milhões de Cédula de Crédito de Exportação do Agronegócio. Essa variação está relacionada a otimização do custo médio ponderado de capital da Companhia.

Adiantamento de clientes:

A rubrica de adiantamento de clientes apresentou saldo de R\$220,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, redução de 29,1% ou R\$90,3 milhões em relação do mesmo período de 2021. A redução na rubrica está relacionada a sazonalidade do período e as postergações da tomada de decisão na execução de negócios por parte dos produtores rurais. Durante o ano de 2022 a companhia, por meio da política de concessão de crédito, realizou análises criteriosas dos clientes e forneceu créditos aos seus clientes para pagamento via recursos próprios.

Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar

A rubrica de Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar apresentou saldo de R\$77,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, aumento de 351,7% ou R\$60,5 milhões em relação do mesmo período de 2021. Esses valores referem-se ao dividendo mínimo obrigatório ao acionista, conforme Lei 6.404/76.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é representado por 89.860.065 (oitenta e nove milhões, oitocentos e sessenta mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, totalizando o valor de R\$ 144.694 mil e em 31 de dezembro de 2021 o capital social era representado por 30.350.955 (trinta e três milhões, trezentos e cinquenta mil, novecentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, que totalizavam o valor de R\$ 144.694 mil.

Em 16 de fevereiro de 2022, a Companhia aprovou o encerramento do programa de recompra de ações aprovado em 06 de dezembro de 2021, pelo meio do qual foram adquiridas 447.600 (quatrocentos e quarenta e sete mil e seiscentos) ações ordinárias, e ocorrendo simultaneamente o cancelamento de 397.600 (trezentos e noventa e sete mil e seiscentas) ações ordinárias mantendo-se em um saldo remanescente de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias em tesouraria. Os registros contábeis oriundos do cancelamento das ações ordinárias registradas em tesouraria tiveram como contrapartida a rubrica de reserva de investimento e capital de giro no montante de R\$ 14.047 (Quatorze milhões e quarenta e sete mil).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de abril de 2022, foi aprovada a proposta de desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 3 ações ordinárias para cada 1 ação da mesma espécie existente nesta data (1:3), sem modificação do capital social da Companhia. Como consequência do desdobramento, o número de ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia passou de 29.953.355 (vinte e nove milhões, novecentas e cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco) ações para 89.860.065 (oitenta e nove milhões, oitocentos e sessenta mil e sessenta e cinco) ações.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados: os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Líquida apresentou crescimento de 20,4% no 4T22 em relação ao 4T21. No acumulado de 2022 a receita, apresentou crescimento de 48,1% em relação ao mesmo período de 2021, tendo em sua composição a representatividade de 91% em operações destinadas ao mercado interno, no 4T22 e acumulado de 2022, e ao mercado externo 9%, no 4T22 e acumulado de 2022. Vale destacar que alcançamos o melhor resultado histórico em Receita Líquida. A evolução da proporção da receita entre os mercados está apresentada na figura 1 acima.

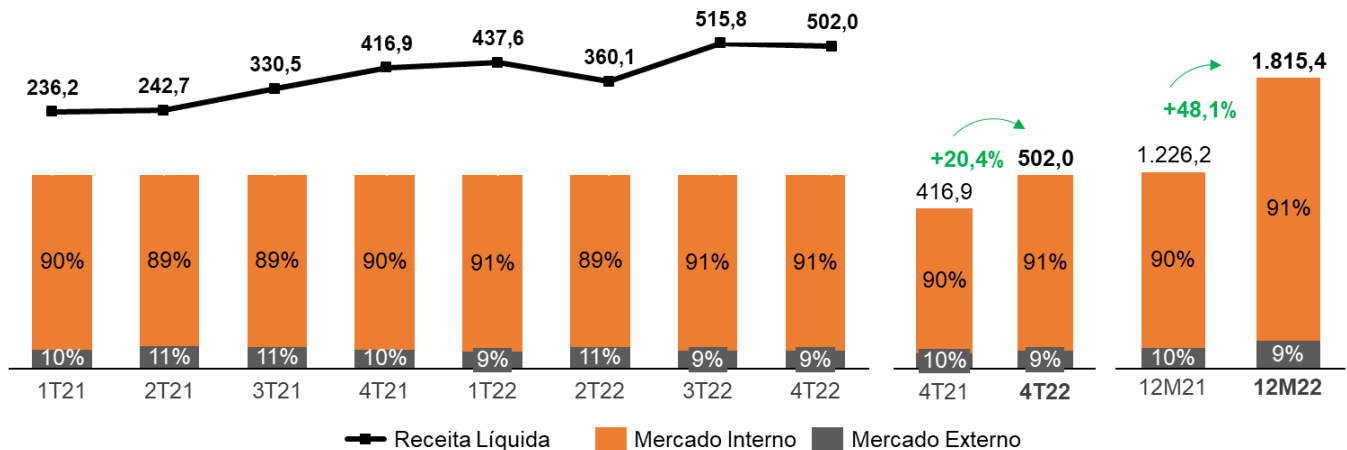


Figura 1 | Receita Operacional Líquida por Mercado (valores em R\$ milhões)

Pós-colheita

A Receita Líquida de Pós-colheita no 4T22 atingiu R\$333,8 milhões, aumento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2021. Em 2022 a receita Líquida de Pós-colheita atingiu R\$1,2 bilhão, aumento de 32,1% em relação à 2021.

Em relação ao último trimestre (3T22), tivemos uma redução na receita de pós-colheita de 13,8% decorrente do efeito sazonal de compras do segmento, excepcionalmente acentuado pelo cenário de incertezas atrelado à transição política no país.

Já o aumento de 4,4% no trimestre e 32,1% no acumulado do ano de 2022, é resultado da robusta carteira construída ao longo do ano, através de movimentos assertivos de acesso ao mercado, tais como aumento de cobertura na região dos cerrados e implementação de dois Centros de Distribuição em novas fronteiras agrícolas, sendo um diferencial competitivo na venda de projetos de pós-colheita dentro desta região, uma vez que os Clientes que estão investindo sabem que estarão bem assistidos na parte de peças e serviços em períodos de safra.

Estes movimentos, somados à competente gestão de carteira e entregas, resultaram em um aumento expressivo de vendas em mercados agrícolas promissores como Goiás, Maranhão, Tocantins, Piauí e Mato Grosso, este último ultrapassando a incrível marca de 100 projetos vendidos no ano de 2022.

Importante destacar que a Companhia permanece direcionando esforços para aprimorar seu acesso ao mercado no segmento de pós-colheita, através da excelência comercial e inteligência de marketing. Com isso, aumenta ainda mais sua presença no mercado, contribuindo para redução do déficit de armazenagem no país, objetivando aumentar a rentabilidade do produtor rural e eficiência da cadeia de alimentos do país.

No 4T22 foram realizadas novas vendas relevantes, as quais contribuirão para alavancar o faturamento do 2T23 e do 3T23, dentre elas destacamos:

- Quatro obras para produtores de médio e grande porte que representam o total de R\$59,5 milhões.
- Duas obras que somam R\$24,3 milhões para indústria e cerealista.

As obras estão concentradas na região do Matopiba e nas regiões de Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Tocantins e Pará, reflexo da estratégia de atendimento expandindo a cobertura no mercado.

Negócios Internacionais

A Receita Líquida de Negócios Internacionais no 4T22 atingiu R\$45,2 milhões, aumento de 12,7% em relação ao 4T21. Em 2022, a Receita Líquida de Exportação atingiu R\$170,6 milhões, aumento de 34,8% em relação à 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Além da carteira robusta de virada de 2021 para 2022, algumas vendas em novas regiões contribuíram para o resultado positivo do trimestre e acumulado do ano. Os destaques foram as obras da América do Sul, e vendas realizadas para o sudeste asiático, como a Indonésia que contribuíram significativamente para o resultado acumulado de 2022.

No 4T22 foram realizadas novas vendas relevantes, as quais contribuirão para dar sustentação ao faturamento do 1T23 e do 2T23, dentre elas destacamos uma obra para cliente cerealista localizado na América Latina que representa o total de R\$12,7 milhões.

Portos e Terminais

A Receita Líquida de Portos e Terminais no 4T22 atingiu R\$30,0 milhões, aumento de 614,3% quando comparado ao resultado de R\$4,2 milhões do 4T21. Em 2022, a Receita Líquida da unidade de negócio atingiu R\$49,6 milhões, aumento de 183,4% em relação à 2021.

O grande volume de faturamento do segmento se concentrou no 4T22, devido a grandes projetos no Porto de Santos/SP, e outros terminais de grande porte entregues neste período.

Em 2022 tivemos uma performance superior a 2021, resultado da captação de projetos importantes que contribuíram para o bom resultado no acumulado do ano refletindo o maior número de clientes atendidos no período.

No 4T22 foi realizada nova venda de projeto, que irá contribuir para alavancar o faturamento do 2T23. Trata-se de obra nova em complemento ao plano de expansão de um terminal portuário existente e de grande porte localizado em Santos/SP, que representa o total de R\$ 9,6 milhões.

Agroindústrias

A Receita Líquida de Agroindústrias no 4T22 atingiu R\$26,5 milhões e no acumulado de 2022 R\$178,5 milhões. Os projetos nesse segmento são caracterizados por sua alta complexidade e, por consequência, possuem um ciclo de vendas mais prolongado, assim como os projetos de Portos e Terminais. Importante ressaltar que a Companhia começou a apresentar esse novo segmento a partir do 1T22, portanto não apresenta receita no período comparativo do exercício 2021. Cabe destacar que se mostrou uma decisão assertiva da Companhia viabilizando uma Receita Líquida complementar de aproximadamente R\$180,0 milhões no acumulado de 2022.

Os grandes destaques dos resultados do 4T22 são seis obras de ampliação do fluxo de secagem com os respectivos periféricos para carga e descarga dos equipamentos e com montagem Kepler, para utilização na próxima safra de soja. Trata-se de um cliente tradicional, no entanto, o grande diferencial da Kepler foi atender a demanda das seis obras de forma simultânea em curto prazo de entrega. As obras estão localizadas em Mato Grosso, Rondônia e Roraima.

Importante ressaltar que dentro desse segmento neste trimestre um projeto de grande porte para indústria de etanol de milho, localizado em Dourados no Mato Grosso do Sul, contribuindo significativamente para a diversificação de mercado da Companhia e aumentando a atuação dentro da cadeia de agronegócio.

No 4T22 foram realizadas novas vendas relevantes, as quais contribuirão para alavancar o faturamento do 1T23 e do 2T23, dentre elas destacamos, a ampliação de uma unidade de esmagamento de soja para produção de óleo localizada em Goiás, que representa o total de R\$21,0 milhões.

Reposição e Serviços (R&S)

A Receita Líquida de Reposição e Serviços no 4T22 atingiu R\$66,5 milhões, aumento de 25,5% em relação ao mesmo período de 2021. Em 2022, a Receita Líquida de R&S atingiu R\$211,9 milhões, aumento de 24,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A estratégia para o ano de 2022 foi construída com base nos volumes históricos e perspectivas de crescimento para este segmento, capturando mais oportunidades de reformas e modernizações em plantas existentes. Importante destacar que abrimos dois novos Centros de Distribuição em 2022, em Balsas-MA e Paragominas-PA, agregando maior proximidade com os clientes das fronteiras agrícolas ao norte do país.

Embora ainda pouco representativas em receita, o fato de termos as novas bases posicionadas na região norte contribuíram como diferencial para vendas de novas unidades de pós-colheita no eixo MATOPIBA e PA, onde houve um aumento de 42% na quantidade de projetos vendidos em relação ao ano anterior. Tal aumento de parque instalado nesta região, proporcionará oportunidades de incrementos em vendas recorrentes com peças e serviços, alavancando as receitas dos novos CDs.

Além disso, com a consolidação da implantação do LEAN no segmento de R&S, a equipe técnica e comercial passou por um programa de qualificação, buscando prestar um atendimento consultivo e trazer as melhores soluções para os clientes. Também foram criados canais de vendas, como atendimento exclusivo para contas chaves, presença em plataformas digitais de *marketplaces*, que fecharam as primeiras vendas durante o 4T22, e criada a célula de qualificação de Leads, com objetivo de captar novos clientes e facilitar a experiência de compra.

Também destacamos, a realização de um maior número de avaliações técnicas e treinamentos, aprimorando o relacionamento com os clientes, trazendo mais oportunidades de negócio, bem como as vendas de selecionadoras ópticas da marca Seletron em diferentes regiões do país.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Custos dos Produtos Vendidos

O CPV somou R\$315,0 milhões e 62,7% sobre a receita líquida no 4T22, apresentando uma redução de 2,4 pontos percentuais em relação ao 4T21 e um aumento de 16,1% no montante absoluto. No acumulado de 2022, o CPV somou R\$1,2 bilhão, apresentando um aumento de 28,9% em relação ao acumulado de 2021, representando 63,5% da receita líquida e queda de 9,4 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tal fato se deve sobretudo às ações estratégicas da Companhia de controle de custos com o objetivo de preservar e otimizar a margem vendida, as quais, somadas ao ganho de escala, contribuíram substancialmente na performance do CPV no período.

Despesas com vendas, gerais e administrativas:

As Despesas com Vendas no 4T22 atingiram R\$25,4 milhões, representando 5,1% da receita líquida, queda de 0,3 ponto percentual e aumento de 15,6% no montante absoluto em relação ao 4T21. No acumulado de 2022 as Despesas com Vendas somaram R\$94,5 milhões, aumento de 33,9%, representando 5,2% da receita líquida e redução 0,5 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. Destacamos o ganho de escala significativo entre os períodos.

O principal motivo do aumento das despesas é o incremento nas comissões de representantes comerciais de R\$15,0 milhões o que corresponde à 62,7% da variação absoluta entre os resultados acumulados, refletindo o efeito da inflação e performance de preços no período.

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$21,2 milhões no 4T22, representando 4,1% sobre a Receita Líquida, redução de 0,9 pontos percentuais entre os trimestres. No acumulado de 2022, as Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$71,4 milhões, aumento de 24,6%. Em relação à Receita Líquida, houve redução de 0,8 pontos percentuais versus ao mesmo período de 2021.

O aumento nas despesas gerais e administrativas são decorrentes, principalmente, de despesas com viagens e serviços de terceiros. Ressaltamos que historicamente evoluímos nos ganhos da gestão orçamentária, que tem possibilitado otimizar a performance das despesas operacionais através da redução dos gastos discricionários citados acima. Fechamos com redução de 0.9 p.p. e 0.8 p.p no trimestre e acumulado do ano, respectivamente, refletindo o ganho de escala nas despesas gerais e administrativas frente a Receita Operacional Líquida.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$5,2 milhões e R\$3,1 milhões no 4T21 e 4T22, respectivamente. No acumulado de 2022, totalizaram R\$21,8 milhões de resultado positivo ante R\$1,3 milhões de resultado também positivo no acumulado de 2021. A variação de R\$2,1 milhões no trimestre e R\$20,6 milhões no acumulado do ano de 2022, tem como principal reflexo a performance do benefício fiscal decorrente do termo de acordo MS 28/2002.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS (EM R\$ MIL)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	DEZ/2022	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2021
Aluguel de propriedades para investimento	13.910	11.867	14	220
Royalties	18.179	12.196	-	-
Subvenções governamentais	-	-	67.960	23.299
Contribuição SEPROTUR-FAI	-	-	(1.359)	(457)
Investimentos Lei Rouanet e FEINAD	-	-	(2.541)	(406)
Ganho (perda) na venda de imobilizado	-	3.048	(1.663)	1.980
Recuperação de despesas diversas	331	73	1.947	2.703
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	-	-	(2.918)	(806)
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(426)	91	3.144	81
Condenações diversas	-	-	(3.945)	(4.124)
Perdas no recebimento de clientes	-	-	1.382	13
PIS/COFINS sobre outras receitas	(4.697)	(3.693)	(4.836)	(3.695)
Programa de participação nos resultados	(4.009)	(1.492)	(23.789)	(13.725)
Multas contratuais	-	-	(4.529)	(1.382)
Programa de desenvolvimento de empreiteiras Kepler	-	-	(839)	(800)
Outras	(16)	1.231	(6.168)	(1.650)
Total	23.272	23.321	21.860	1.251

2.2 Resultados operacional e financeiro

Resultado Financeiro

a) Receitas Financeiras

As Receitas Financeiras somaram R\$13,4 milhões no 4T22 e R\$41,2 milhões no acumulado de 2022, representando 2,7% e 2,3% da receita líquida, respectivamente. Explicado pela performance positiva das aplicações financeiras, frente as Disponibilidades e o efeito de variação cambial ativa.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	DEZ/2022	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2021
Receitas financeira (em R\$ mil)				
Variação cambial/monetária ativa	41	-	12.133	11.693
Receitas com aplicações financeiras	1.420	3.116	16.324	9.282
Receita com juros apropriados	13	4	11.879	2.172
Outras receitas financeiras	1	-	858	700
	1.475	3.120	41.194	23.847

b) Despesas Financeiras

As Despesas Financeiras somaram R\$11,7 milhões no 4T22 e R\$39,6 milhões no acumulado de 2022, representando 2,3% e 2,2% da receita líquida, respectivamente. Tal fato, reflete principalmente à adição de novas linhas de financiamentos no montante de R\$109,7 milhões no exercício corrente, somado ao efeito da variação cambial passiva de R\$1,1 milhões no respectivo período.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	DEZ/2022	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2021
Despesas financeiras (em R\$ mil)				
Encargos financeiros pagos	-	(7)	(5.017)	(6.097)
Despesas com juros apropriados	(707)	-	(16.784)	(2.455)
Variação cambial/monetária passiva	(97)	(50)	(11.986)	(10.941)
Juros de mora e IOF contratuais	(113)	(346)	(806)	(346)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(69)	(145)	(1.523)	(732)
IR retido sobre operações no exterior	-	-	(252)	(223)
Outras despesas financeiras	(480)	(220)	(3.242)	(965)
	(1.466)	(768)	(39.610)	(21.759)

As movimentações dos ganhos (perdas) com instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	DEZ/2022	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2021
GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS (EM R\$ MIL)				
Variação cambial ativa	41	-	12.133	11.693
Variação cambial passiva	(97)	(50)	(11.986)	(10.941)
Total ganhos (perdas) líquidas c/instrumentos financeiros	(56)	(50)	147	752

c) Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido totalizou R\$1,7 milhões positivo no 4T22 em comparação à R\$1,3 milhões de resultado negativo no 4T21. No acumulado de 2022 o resultado foi positivo, totalizando R\$1,6 milhões em comparação ao resultado positivo de R\$2,1 milhões no acumulado de 2021. A variação no trimestre reflete principalmente a performance das receitas financeiras (+R\$ 6,9 milhões) e no acumulado do exercício a variação negativa de R\$ 0,5 milhão é decorrente de encargos da estruturação do fundo de financiamentos KW.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	DEZ/2022	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2021
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS (EM R\$ MIL)				
Receitas financeiras	1.475	3.120	41.194	23.847
Despesas financeiras	(1.466)	(768)	(39.610)	(21.759)
Total	9	2.352	1.584	2.088

2.2 Resultados operacional e financeiro

EBITDA:

O EBITDA da Companhia alcançou no 4T22 o montante de R\$151,3 milhões, aumento de 27,1% em relação ao resultado de R\$119,0 milhões no 4T21. A margem do trimestre foi de 30,1% e 1,6 pontos percentuais maior quando comparada ao 4T21. No acumulado de 2022, o EBITDA totalizou R\$548,3 milhões, aumento de 135,1% em relação ao acumulado 2021 e margem de 30,2%.

LUCRO LÍQUIDO

No 4T22 o Lucro Líquido foi de R\$113,0 milhões, com margem líquida de 22,5%, e aumento de 2,2 pontos percentuais quando comparado a 20,3% de margem líquida no 4T21. A performance no 4T22, está positivamente impactada pela ativação de créditos de IR/CSLL diferidos sobre prejuízos fiscais do passado no montante de R\$ 9,4 milhões, dos quais R\$ 1,0 milhão na Kepler Weber Industrial S.A. e R\$ 8,4 milhões na Kepler Weber S.A.

No acumulado de 2022 o Lucro Líquido foi de R\$382,5 milhões, com margem líquida de 21,1% e aumento de 8,5 pontos percentuais quando comparado à R\$154,6 milhões no acumulado de 2021 e 12,6% de margem líquida.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia não registrou variações relevantes nas receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação tem reflexo na matéria prima, além de materiais de uso e consumo, bem como outros materiais necessários na fabricação que de uma forma ou outra estão atreladas às oscilações da taxa de inflação do país. O aço é a principal matéria prima utilizada no processo produtivo da Companhia, como cada equipamento vendido é customizado de acordo com a necessidade do cliente, sendo assim os preços de venda são recalculados de acordo com as características de cada pedido, objetivando incorporar a elevação dos custos de forma gradual.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBIES SIGNIFICATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada utilizaram julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, revisadas de forma contínua sendo reconhecidas prospectivamente.

I. JULGAMENTOS

A Companhia e sua controlada entendem que as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 27 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 30 – Receita operacional líquida: se a receita de produtos e serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo.

II. INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS E ESTIMATIVAS

A Companhia e sua controlada entendem que as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas no período findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Nota explicativa 6 – Direito de uso e Passivo de arrendamento;
- ii) Nota explicativa 10 – Mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber: Principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- iii) Nota explicativa 13 (b) – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- iv) Nota explicativa 15 – Propriedades para investimento: determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- v) Nota explicativa 16 – Imobilizado: Reconhecimento, mensuração e custos subsequentes;
- vi) Nota explicativa 17 – Intangível, desenvolvimento e gastos subsequentes; e
- vii) Nota explicativa 27 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre os montantes estimados das saídas de recursos.

III. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Divulgamos abaixo novas normas e interpretações a entrarem em vigor. Não se espera que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- i) IFRS 17 Contratos de Seguros – vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;
- ii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12) – vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;
- iii) Classificação do Passivo em Circulante e ou não circulante (alterações CPC 26/IAS 1) – vigência a partir de 1º de janeiro de 2024; e
- iv) Outras normas:
 - a. Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2; e
 - b. Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui opiniões modificadas, bem como também não possui ênfases no relatório do auditor.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme fato relevante de 07 de março de 2023, a controladora assinou contrato adquirindo 50,002% do capital social da Procer, sendo as condições precedentes atendidas em sua totalidade na mesma data (*acquisition date*), nesta data a Companhia assumiu o controle da investida.

A Companhia reconheceu a aquisição de 100% do controle da empresa adquirida, baseada no método de *Early Acquisition*, de acordo com o CPC 15 (R1)/IFRS 3, sendo que a Administração, com base na estrutura da transação, concluiu que a essência da operação não configura uma opção contratual.

Com a aquisição, a Companhia visa aumentar seu portfólio de produtos, contando com a automação que permite monitorar e operar as unidades, fazendo o controle tecnológico de temperatura e umidade do grão no processo de beneficiamento e armazenagem.

Maiores detalhes constam no item 1.11 desse relatório.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não se aplica.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não se aplica.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não se aplica.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não se aplica.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão feitas as deduções previstas em lei e a reserva para as incidências tributárias. Parágrafo 1º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas; c) 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro. Parágrafo 2º - A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o artigo 25, letra "b" do Estatuto Social da Companhia, será pago o montante de 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, o qual é calculado pelo lucro ajustado do exercício. Parágrafo 3º - O saldo do lucro líquido após as deduções do Parágrafo primeiro ficará à disposição da Assembleia Geral que lhe dará a destinação. Parágrafo 4º - A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio na forma e limites da lei. Parágrafo 5º - Os dividendos intermediários, intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. Parágrafo 6º - Todo o lucro não destinado, na forma da lei, à reserva legal, à reserva estatutária, à reserva para contingências, à reserva de lucros previstos no orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral ou à reserva de lucros a realizar deverá ser distribuído como dividendos aos acionistas.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A proposta de distribuição de dividendos da Companhia, possui caráter meramente indicativa, sendo utilizada para sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos aos seus acionistas, possuindo, portanto, caráter programático, não vinculativo à própria Companhia ou seus órgãos sociais. A fixação desta política não tem o acórdão de afastar a competência da Assembleia Geral para deliberar e aprovar a distribuição e o pagamento de dividendos aos acionistas e do Conselho de Administração para deliberar e aprovar o pagamento de juros sobre capital próprio, dividendos intermediários e dividendos intercalares aos acionistas, na forma da lei e do Estatuto Social.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não se aplica a Companhia.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Anualmente a Companhia realiza a destinação dos seus resultados conforme previsto no Estatuto Social e na Proposta de Distribuição de Dividendos da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

A Companhia não possui outros fatores operacionais além daqueles já informados.

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

(b) Natureza e o propósito da operação

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

INVESTIMENTOS (CAPEX)

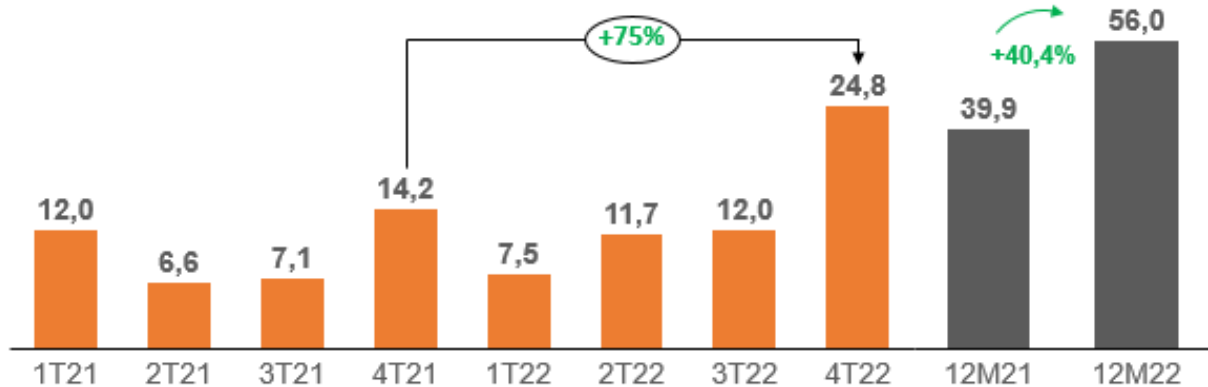


Figura 4 | Evolução Trimestral do CAPEX (valores em R\$ milhões)

No 4T22 investimos R\$ 24,8 milhões, sendo R\$19,4 milhões em modernização e expansão de capacidade produtiva, R\$0,4 milhões no desenvolvimento de novos produtos, R\$2,9 milhões no atendimento de normas regulamentadoras e reformas e R\$2,1 milhões em tecnologia da informação.

No acumulado de 2022 investimos R\$56,0 milhões, sendo R\$38,6 milhões em modernização e expansão de capacidade produtiva, R\$1,1 milhões no desenvolvimento de novos produtos, R\$8,6 milhões no atendimento de normas regulamentadoras e reformas e R\$ 7,7 milhões em tecnologia da informação.

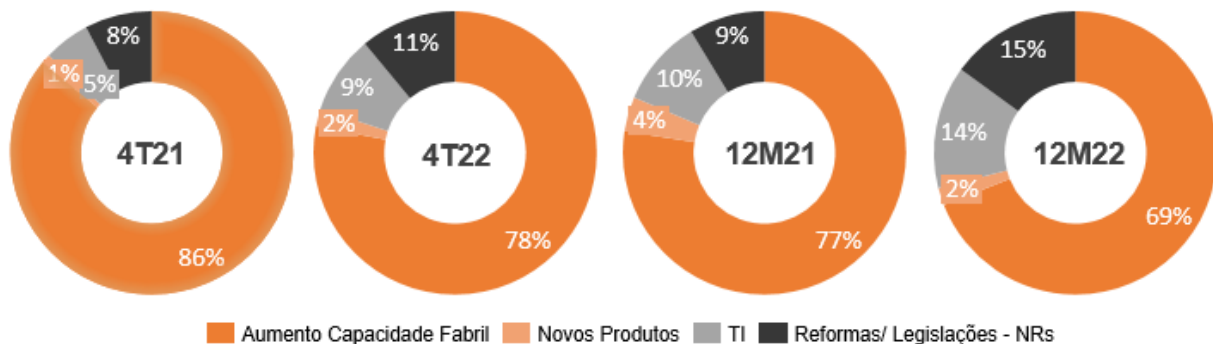


Figura 5 | Evolução do CAPEX (valores em %)

O investimento de R\$19,4 milhões no trimestre em modernização e expansão de capacidade produtiva, corresponde relevantes avanços nas instalações do Projeto de Pintura a Pó, sendo aportado R\$10,0 milhões no período e a aquisição de novas máquinas para modernização e expansão da capacidade fabril no montante de R\$8,2 milhões.

Já o investimento de R\$38,6 milhões no acumulado de 2022 em modernização e expansão de capacidade produtiva, é composto por: R\$25,9 milhões alocados no aumento da capacidade produtiva e modernização do parque fabril na planta de Panambi-RS, tendo como principais destaques, o incremento de máquinas a corte laser, novo centro de torneamento e linha de estampo/aeração de silos; na nova linha de Pintura a Pó alocamos o montante de R\$11,7 milhões e aproximadamente R\$ 1 milhão no aumento da capacidade produtiva da planta de Campo Grande-MS.

Fechamos o ano realizando 86% do Plano de investimentos de R\$64,8 milhões aprovado para 2022. Projetos de maior valor como a nova linha de pintura a pó e a chegada de novas máquinas ocorreram de forma mais concentrada no segundo semestre de 2022.

2.10 Planos de negócios

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financiou seus projetos de investimentos em parte com geração própria de caixa e através da linha de financiamento FINEP.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Existem projetos de desenvolvimento de novos produtos em andamento, mas que ainda não podem ser divulgados.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

A companhia inaugurou nesse 2021 o Kepler Lab e nosso Operation Center. O Kepler Lab abriga diversas áreas como, pesquisa e desenvolvimento, novos equipamentos, atualizações e versionamentos e a nova célula Digital da Companhia. O Operation Center, nossa central de atendimento, presta serviço de consultoria ativa aos produtores rurais, cooperativas, cerealistas, indústrias ou tradings, por meio de monitoramento em tempo real e data analytics, otimizando a segurança e performance das plantas. Alinhada com esse processo "Digital", os novos equipamentos são entregues conectados com a tecnologia SYNC. No exercício 2022 a Companhia investiu R\$ 0,40 milhões no desenvolvimento de novos produtos.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não divulga seus projetos enquanto estes estiverem em desenvolvimento, sua divulgação ocorre somente no momento da disponibilização do produto para o mercado.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício 2022 a Companhia investiu R\$ 0,40 milhões no desenvolvimento de novos produtos.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Plano de Negócios da Companhia está sendo tratado através de uma Matriz X, aprovada pelo Conselho de Administração em 26/04/2023, que contempla os projetos estratégicos da Kepler Weber sob responsabilidade da alta administração: ESG - Environment, Social and Governance; Fortalecimento da cultura de segurança, saúde e M.A; Plano de desenvolvimento da liderança e sucessão (atração, retenção e valorização); Aceleração da Reposição & Serviços; Digital; Aumentar a venda de obras 360 (Turn Key) para 2023/2024; Plano de desenvolvimento de produtos; Potencializar acesso ao mercado; Desenvolver plano de negócios e crescimento para 5 Bi; e Implementar metodologia GMD (Gerenciamento Matricial de despesas). Oportunidades relacionadas a questões ASG são, sem se limitar: inserir nos demonstrativos financeiros informações socioambientais; investir em inovação para sustentabilidade, utilizando como estratégia de negócios a redução de custos, impacto ambiental e alinhamento das questões climáticas; desenvolver dispositivos ou modificações nos equipamentos para aumentar segurança, manutenção e limpeza dos equipamentos; estruturar o processo de atendimento ao cliente; além de estabelecer senso de diversidade.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia não possui outros fatores operacionais além daqueles já informados.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Política de Gerenciamento de Riscos – POCA 004

Aprovado pelo Conselho de Administração – Data 05/07/2023

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos corporativos estão classificados em 4 principais pilares que seguem:

Riscos Estratégicos;

Riscos Financeiros;

Riscos Operacionais;

Riscos de Compliance;

Riscos de Tecnologia;

Riscos Socioambientais.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Avaliar os Riscos quanto ao seu Impacto e Probabilidade;

Implementar planos de ação para melhoria no ambiente de controle;

Monitorar os riscos identificados e planos de ação;

Segregação e definição das linhas de defesa, conforme sugerido no modelo de três linhas do COSO-ERM e do IIA (Institute of Internal Auditors).

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração é responsável por determinar os objetivos estratégicos, os direcionamentos e o perfil de riscos da Companhia adequado ao seu apetite à riscos, relacionados a sua cultura e identidade.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Compete ao Conselho de Administração, no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos:

- Avaliar e definir a estrutura operacional para gestão de riscos e o seu respectivo orçamento;
- Definir o formato, periodicidade de reporte das informações requeridas para acompanhamento;
- Definir e revisar periodicamente os limites de exposição referentes ao nível de apetite ao risco da Companhia;
- Monitorar de forma periódica a efetividade do processo de Gestão de Riscos e fornecer orientações para o seu aprimoramento constante;
- Monitorar de forma contínua os Riscos que podem impactar o atingimento das metas e objetivos do negócio, assim como os planos de ação de melhoria em resposta aos riscos;
- Fornecer à Diretoria e Gestão, quando necessário, sua percepção do grau de exposição aos riscos que a Companhia está exposta e influência na priorização dos riscos a serem tratados;
- Assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando-lhe orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento;
- Receber, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta são suficientes ao desempenho de suas funções.

Comitê de Auditoria:

É o órgão autônomo de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, que visa auxiliar no acompanhamento e avaliação da efetividade do processo de Gestão de Riscos.

Compete ao Comitê de Auditoria, no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos:

- Aprovação sobre o Plano Anual de Auditoria Interna;
- Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- Acompanhar e avaliar o processo de Gestão de Riscos, assim como o cumprimento de seus objetivos e recomendar soluções de aprimoramento, se aplicável;
- Acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da função de Riscos e Controles Internos da Companhia;
- Avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia.

Compete ao Comitê de Auditoria, no âmbito do Regimento Interno do Comitê de Auditoria:

- Receber e discutir relatórios regulares das auditorias interna e independente sobre os resultados de suas atividades, incluindo as respostas da Diretoria às recomendações feitas pela auditoria interna e pelos auditores independentes sobre as deficiências significativas de controles internos;
- Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Supervisionar as atividades da auditoria independente;
- Assessorar o Conselho de Administração na definição de diretrizes e estratégias para a Gestão de Riscos;
- Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- Acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna, da Área de Riscos e Controles Internos, da Área de Governança, Privacidade e Compliance e dos Comitês;
- Opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes;
- Supervisionar e monitorar o gerenciamento de riscos da Companhia realizado pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia;
- Avaliar, anualmente, se a estrutura da área de auditoria interna, seu plano de trabalho e seu orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções;
- Recomendar a inclusão, avaliação e priorização na matriz de riscos da Companhia;
- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como seu gerenciamento, de acordo com a “Política de Gestão de Riscos da Companhia” e os limites de exposição aprovados pelo Conselho de Administração;
- Avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionados, e limites e planos de ação;
- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades;
- Possuir meios para recepção e tratamento de informações de descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- Aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente; e
- Elaborar, anualmente, relatório resumido contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo comitê ao Conselho de Administração.

Função de Riscos e Controles Internos:

A função de Gestão de Riscos e Controles Internos é responsável por implementar a política, metodologia de Gestão de Riscos e realizar o monitoramento contínuo junto às áreas.

Compete à função de Gestão de Riscos e Controles Internos, no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos:

- Estabelecer os processos gestão de riscos da Companhia;
- Realizar periodicamente a revisão e atualização da Avaliação Geral de Riscos, em período mínimo bienal, incluindo a elaboração do Mapa de Riscos Corporativos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Validar e comunicar os resultados da Avaliação Geral de Riscos, assim como os planos de ação de melhorias para implementação com os gestores das áreas de negócio;
- Elaborar reporte com os resultados da Avaliação Geral de Riscos e comunicá-los ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria;
- Auxiliar as áreas de negócio no desenvolvimento de processos e controles para gestão de riscos, inclusive aplicando treinamentos quando necessários para apoiá-los;
- Acompanhar a execução, e implementação dos planos de ação junto às áreas de negócio;
- Realizar o monitoramento, avaliar, consolidar os dados relacionados aos KRIs junto às áreas.

Função de Integridade

Compete a função de Integridade, no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos:

- Zelar pela aplicação do Código de Ética e Conduta da Companhia;
- Elaborar o plano de implantação dos procedimentos e diretrizes do Código de Ética Conduta, bem como das demais políticas de integridades; e
- Auxiliar a Função de Riscos e Controles Internos e a Diretoria na avaliação dos Riscos de Compliance, e coordenar melhorias de processos para mitigá-los.

Diretorias:

A Diretoria é responsável pelo monitoramento dos riscos que podem comprometer os objetivos e metas relacionadas à sua área de atuação.

Compete à Diretoria, no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos:

- Promover a integração da gestão de riscos com os processos das áreas de sua responsabilidade; e
- Acompanhar o monitoramento dos riscos inerentes aos processos das áreas de sua responsabilidade e alinhar junto com a função de Riscos e Controles Internos as ações de implementação de ações corretivas e mitigatórias aplicáveis para redução à exposição dos riscos inerentes às suas respectivas áreas de atuação e ao negócio.

Áreas de Negócio:

As Áreas de Negócio são os responsáveis pelo monitoramento dos riscos relativos aos objetivos e metas aplicáveis aos processos das áreas, assim como pelas atividades de controles de cada processo.

Compete aos colaboradores e gestores das Áreas de Negócios, no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Monitorar os riscos inerentes aos processos, assim como o nível de maturidade do ambiente de controles existentes na área de sua responsabilidade e acompanhar a exposição aos riscos, com base nos Indicadores-Chave de Riscos;
- Executar as ações de acordo com a resposta aos riscos pertinentes à respectiva área, conforme alinhado com a função de Gestão de Riscos e Controles Internos; e
- Comunicar à Diretoria as atualizações em relação aos planos de ação, à materialização dos riscos, ao ambiente de controle, assim como o surgimento de riscos emergentes.

Auditoria Interna:

A área de Auditoria Interna é responsável por auxiliar na verificação da efetividade dos controles, das políticas e normas estabelecidas na Companhia.

Compete à Auditoria Interna, no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos:

- Elaborar o Plano Anual de Auditoria interna com base na priorização estabelecida com base nos resultados da Avaliação Geral de Riscos e submetê-lo à aprovação do Comitê de Auditoria;
- Avaliar a confiabilidade das informações e eficiência das operações;
- Avaliar a efetividade da sistemática de Controles Internos e reportar para o Comitê de Auditoria;
- Reportar os resultados das auditorias ao Comitê de Auditoria; e
- Aferir a qualidade e a efetividade do processo de Gestão de Riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia tem seus processos avaliados pela auditoria interna e terceirizada, com reporte direto ao Conselho Fiscal. Nas auditorias periódicas são analisadas as rotinas operacionais e gerenciais, com o objetivo de identificação dos riscos, medição e desenvolvimento de planos de ação, estes planos contemplam controles que visam a mitigação/eliminação dos riscos identificados, conforme definido na política de Gerenciamento de Riscos.

Recentemente a Companhia estruturou a área de gestão de riscos e controles internos que agora integrará a área de Governança e Compliance e será responsável pela avaliação dos riscos bem como a construção da matriz de riscos corporativos, seus impactos e probabilidade e, consequentemente implantação de controles internos adequados para minimização destes riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas são elaboradas por um analista contábil sênior, validadas internamente pela coordenação e gerência de Controladoria e posteriormente auditadas pelos auditores independentes externos.

As principais práticas de controles internos da Companhia são:

- Políticas, manuais e procedimentos estabelecidos pela Companhia cujo objetivo é o de alinhar os processos com as políticas definidas pelo Conselho de Administração e Diretoria.
- Auditorias internas com identificação de oportunidades de melhorias;
- Construção juntamente com as áreas, dos planos de ação para melhoria dos processos e mitigação dos riscos, bem como seu acompanhamento tempestivo.

Ademais a avaliação dos controles internos da Companhia é efetuada pela auditoria interna contratada, valendo-se de uma abordagem mais ampla e profunda. Como resultado desta avaliação, os auditores emitem relatórios de recomendações, os quais são inicialmente submetidos à análise por seus gestores, que realizam os planos de ação com prazo de execução, com o objetivo de sanar as deficiências encontradas. Esses planos de ação são monitorados por equipe interna da Companhia, bem como pela equipe de Auditoria Interna contratada.

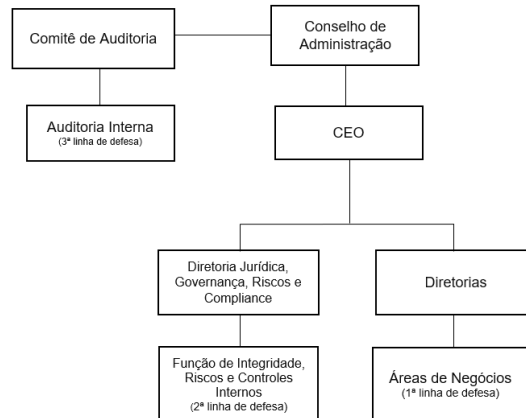
Recentemente a Companhia estruturou a área de gestão de riscos e controles internos que agora integrará a área de Governança e Compliance e será responsável pela avaliação dos riscos bem como a construção da matriz de riscos corporativos, seus impactos e probabilidade e, consequentemente implantação de controles internos adequados para minimização destes riscos.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

- Conselho de Administração;
- Comitê de Auditoria;
- Auditoria Interna;
- Diretorias;
- Áreas de Negócios.

Organograma:

5.2 Descrição dos controles internos



(c) Se, e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

Tempestivamente a área de controladoria apresenta para a Diretoria Executiva e Conselho de Administração o status do andamento dos planos de ação resultantes das auditorias internas e externas. Os responsáveis pela preparação e apresentação do material são o gerente de controladoria e o auditor interno.

Com a nova estrutura da área de gestão de riscos e controles internos, a responsável pela apresentação dos riscos, indicadores de riscos e controles internos será a analista de governança, riscos e compliance e o reporte será para o Conselho de Administração, Diretorias e Comitê de Auditoria.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente,

Anualmente a Companhia recebe de seus auditores independentes o Relatório de recomendações sobre os controles internos, no qual são comunicadas as deficiências dos controles internos. Essas deficiências são constantemente avaliadas e planos de ação são criados, com o intuito de melhoria contínua dos processos da Companhia. O Relatório de recomendações sobre os controles internos emitido pelos auditores independentes, não apontou deficiências relevantes sobre os controles internos da Companhia e sim recomendações e observações com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e os procedimentos contábeis da Companhia e sua controlada.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

O Relatório de recomendações sobre os controles internos é alvo de análise por seus gestores, a quem cabe emitir planos de ação condizentes. A diretoria toma conhecimento do relatório de auditoria que contém os apontamentos de auditoria e parecer conclusivo emitido pela empresa de auditoria externa.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui como principais mecanismos e procedimentos de integridade definidos no Programa de Compliance (POCA 009): (i) a presença do Conselho de Administração possuindo seu irrestrito comprometimento com o Compliance e o Programa de Integridade; (ii) a presença de Comitês de Auditoria e o Comitê Estratégico, de Compliance e Governança Corporativa, bem como a Comissão Disciplinar e Comissão de Integridade; (iii) a existência do Código de Ética e Conduta; (iv) Procedimentos de Comunicação e de Treinamentos; (v) Política de Gerenciamento de Riscos (POCA 004), procedimentos específicos para riscos, e a elaboração, para a adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, a qual define a frequência em que os riscos são reavaliados, ainda na Política é definido o mapeamento de controles internos, e, por fim, a existência do Mapeamento do Processo e Mentalidade de Riscos (GIRG 024); (vi) a existência de Procedimento de Preparação, Aprovação e Publicação das DFs (COPRO 017), além dos processos de Auditoria Interna e Externa para os registros contábeis; (vii) a existência de Política Anticorrupção e Antissuborno; (viii) a existência de Canal de Denúncias via website e telefone, com política própria (POCA 018), procedimentos próprios para investigação interna e o fluxo de recebimento de denúncias; (ix) a existência de Política de Penalidades e Consequências (POCA 014); (x) mecanismos focados para evitar Conflito de Interesses na companhia por meio das seguintes políticas: Política para transações com partes relacionadas (POCA 005), Política de Doações e Patrocínios (POCA 007), Política de Prevenção de Conflito de Interesse (POCA 012), Política de Investimento Social (POCA 013), Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (POCA 016) e Política de Contratação e Gestão de Terceiros (POCA 021); e, por fim, (xi) insta salientar que todas as políticas, procedimentos e as práticas atreladas às práticas de Compliance da Companhia, tem sua periodicidade definida no corpo do próprio normativo, para que ocorra sua avaliação e adaptação periódica, as quais podem ser acessadas pelo site: <https://www.kepler.com.br/governanca/politicas-kw>.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê Estratégico, de Compliance e Governança Corporativa foi constituído em julho de 2019, o qual possui o propósito de revisar e aprimorar o sistema de Governança da Companhia, zelando pela Governança, Sustentabilidade e Ética. Vinculado ao Comitê, estão presentes duas comissões: Comissão de Integridade e Comissão Disciplinar.

A Comissão Disciplinar é conduzida pelo Diretor Presidente ou CEO, composta por Diretores Estatutários, a sua responsabilidade é ser suporte consultivo à Comissão de Integridade, sempre que houver a existência de denúncias classificadas como de “Alto Risco”, apoiando na deliberação e acompanhando as investigações internas. Ainda, a Comissão Disciplinar é responsável por deliberar quanto às medidas disciplinares que serão aplicadas, após a Comissão de Integridade definir se o caso é procedente, parcialmente procedente ou não procedente. Nas situações de Conflito de Interesses, o Comitê de Assessoramento ao Conselho de Administração será responsável por compor e realizar a condução do Comitê Disciplinar.

Já a Comissão de Integridade é integrada pelas Gerências Executivas, o qual é responsável por receber, apurar, investigar, solicitar evidências, fazer questionamentos e responder as denúncias realizadas no Canal de Ética. Após as atividades, a Comissão de Integridade deverá enviar para decisão e aplicação de medidas disciplinares para a Comissão Disciplinar. Ainda, é de responsabilidade da Comissão de Integridade a identificação, análise e documentação de riscos de conformidade da Companhia, mensurando probabilidade e impacto, além de ser responsável pela adoção das ações de mitigação ou aceitação de riscos.

Por fim, também existe o Comitê de Auditoria, constituído em março de 2022¹, com o propósito de adequar os processos relativos à gestão de riscos e compliance, tratamento de denúncias, potenciais descumprimentos de dispositivos legais, normativos aplicáveis, regulamentos e códigos internos.

¹ POCA 09 – Política de Compliance.

5.3 Programa de integridade

Todos os Comitês e Comissões mencionadas acima estão formalizados por meio de Regimentos Interno, que conseguem ser acessados pelo site: <https://ri.kepler.com.br/publicacoes-e-comunicados/codigos-politicas-e-regimentos/>.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**

Conforme Item 1. “Apresentação” do Código de Ética e Conduta (CEC), revisado e aprovado em março de 2023, estabelece as expectativas de condutas que deverão ser adotados por todos “administradores, colaboradores, terceiros e os parceiros de negócios”.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Conforme Item 18. “Descumprimento do Código de Ética e Conduta e suas Penalidades” do Código de Ética e Conduta (CEC), revisado e aprovado em março de 2023, estabelece que penalidades para colaboradores e terceiros, além disso, há Política de Penalidades e Consequências (POCA 014), aprovado em 26/05/2021.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta (CEC) está em sua 3ª revisão que ocorreu em data 15/03/2023, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

O Canal de Ética está localizado em ambiente seguro e sigiloso, hospedado fora do sistema ou ambiente da Kepler Weber, sendo administrado pela empresa terceira e especializada Contato Seguro, podendo ser acessado pelos Canais: <https://www.contatoseguro.com.br/keplerweber> (site e aplicativo) e 0800 648 6328.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;

Os canais <https://www.contatoseguro.com.br/keplerweber> (site e aplicativo) e 0800 648 6328 são disponibilizados para colaboradores e terceiros.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;

Os canais <https://www.contatoseguro.com.br/keplerweber> (site e aplicativo) e 0800 648 6328 permitem a realização de denúncias de forma anônima, sendo o único campo obrigatório para ser preenchido o seguinte: “O que você quer denunciar? Descreva o mais detalhadamente possível o que aconteceu, indicando o nome(s) da(s) pessoa(s) que está(ão) envolvida(s), bem como quando o fato ocorreu e se ainda continua ocorrendo”. Além disso, na Política de Canal de Ética (POCA 018) há orientação de com a intenção de proteger o denunciante de boa-fé, não admite qualquer tipo de retaliação, por isso nenhum denunciante de boa-fé receberá medida disciplinar, ser assediado, transferido contra a sua vontade, vetado de promoção ou discriminado.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

A Comissão de Integridade é integrada pelas Gerências Executivas, o qual é responsável por receber, apurar, investigar, solicitar evidências, fazer questionamentos e responder as denúncias realizadas no Canal de Ética. Após as atividades, a Comissão de Integridade deverá enviar para decisão e aplicação de medidas disciplinares para a Comissão Disciplinar. A Comissão Disciplinar é conduzida pelo Diretor Presidente ou CEO, composta por Diretores Estatutários, a sua responsabilidade é ser suporte consultivo à Comissão de Integridade, sempre que houver a existência de denúncias classificadas como de “Alto Risco”, apoiando na deliberação e acompanhando as investigações internas. Ainda, a Comissão Disciplinar é responsável por deliberar quanto às medidas disciplinares que serão aplicadas, após a Comissão de Integridade definir se o caso é procedente, parcialmente procedente ou não procedente. Nas situações de Conflito de Interesses, o Comitê de Assessoramento ao Conselho de Administração será responsável por compor e realizar a condução do Comitê Disciplinar.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

5.3 Programa de integridade

Não aplicável para Kepler Weber, conforme requisitos apresentados no item 5.3, alínea a, item i.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia atualizou em 2023 sua Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, que contempla a classificação dos riscos conforme os principais pilares que seguem:

- **Riscos Estratégicos:** Os riscos estratégicos estão associados à tomada de decisão da Alta Administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia e até mesmo a descontinuidade do negócio.
- **Riscos Financeiros:** Os riscos financeiros referem-se à possibilidade de prejuízos em decorrência das operações e transações financeiras da Companhia, podendo ser resultantes de gestão de fluxo de caixa ineficiente, liquidez, captação e aplicação de recursos financeiros, variação cambial, assim como o descumprimento de obrigações financeiras de contrapartes.
- **Riscos Operacionais:** São riscos decorrentes de falhas de processos e controles na operação e áreas suporte da Companhia, que prejudiquem ou impossibilitem o exercício das suas atividades. Os riscos operacionais geralmente acarretam ineficiência, interrupção total ou parcial das atividades, podendo gerar impacto negativo na reputação perante o mercado, além do potencial de geração de passivos contratuais e regulatórios.
- **Riscos de Compliance:** Os riscos de Compliance estão associados à possíveis sanções legais ou regulatórias devido ao descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e políticas, que podem resultar em perda financeira e em danos reputacionais para a Companhia.
- **Riscos de Tecnologia:** Os riscos de Tecnologia referem-se às ameaças que podem acarretar interrupção ou indisponibilidade sistêmica em decorrência de falhas na segurança da informação, gestão de dados e acessos, gestão de mudanças, infraestrutura, falta ou obsolescência de recursos tecnológicos (ex. equipamentos, sistemas, etc), incluindo instalações.
- **Riscos Socioambientais:** O risco Socioambiental consiste na exposição a perdas com incidentes envolvendo o meio ambiente e/ou a sociedade, decorrentes de atividades diretas ou indiretas da Companhia.

Os impactos sociais referem-se à saúde e segurança; ações que desrespeitem a proteção, assim como a promoção dos direitos humanos como discriminação e condições análogas à escravidão.

Os impactos ambientais são os que podem afetar também recursos naturais como o ar, cursos d'água, matas, solos e animais com a emissão de gases poluentes, resíduos, efluentes, derramamento de produtos químicos, entre outros. Já os impactos climáticos precisam ser observados com o objetivo de serem reduzidos ou compensados com a diminuição de emissão de gases do efeito estufa e captura dos gases emitidos na

5.4 Alterações significativas

fabricação de equipamentos, assim como para preparar a Companhia diante de eventos que possam impactar a produção de seus clientes e consequentemente as suas vendas. Os riscos socioambientais e climáticos podem gerar perdas financeiras e reputacionais, sanções legais ou regulatórias e indenizações por danos à terceiros e que tiveram participação direta ou indireta da Companhia envolvendo seus clientes, fornecedores, colaboradores e demais parceiros.

Estas mudanças também serão refletidas na análise e gestão destes novos riscos, que serão priorizados conforme a relevância para a Companhia, decorrente da avaliação de impacto e probabilidade.

Por fim, a matriz de materialidade e os riscos ESG que também estão em andamento, serão utilizados para atualizar a matriz de riscos corporativas e estabelecer mudanças nos projetos, equipamentos, negócios, procedimentos, políticas entre outros.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia está com projetos em andamento com ajuda de consultorias para melhoramento contínuo da gestão de riscos. Os stakeholders dos processos serão consultados novamente para que sejam mapeadas as vulnerabilidades às quais a organização é exposta. Esse primeiro levantamento será bem detalhado, repassando todos os aspectos da operação com a finalidade de elencar os pontos críticos da forma mais assertiva possível.

Ainda, no final de 2022, a empresa realizou o diagnóstico ESG com levantamento de riscos ESG e no momento, estão sendo finalizados os planos de ações que envolvem diversas áreas da empresa como projeto, operação, negócios e todos stakeholders envolvidos com a Kepler Weber. A empresa também está realizando a atualização da sua matriz de materialidade, que inclui dentre os subtemas Reduções de emissões de GEE e Adaptação às mudanças climáticas e Desmatamento Zero. Tanto a matriz de materialidade e os riscos ESG, serão utilizados para atualizar a matriz de riscos corporativas e estabelecer mudanças nos projetos, negócios, procedimentos, políticas e outros.